

# Informação ao/à paciente sobre o tratamento dos dados pessoais

## Tratamento de dados sujeito a consentimento

O seu consentimento aplica-se aos consultórios e aos respetivos médicos/as, terapeutas assim como ao pessoal médico (enquanto responsáveis), bem como aos destinatários acima referidos. É igualmente considerado como desvinculação expressa do segredo profissional, nos termos do artigo 321.º do Código Penal Suíço (StGB), na medida em que seja necessário para o exercício da atividade. O seu consentimento é dado para todo o tratamento de dados pessoais, independentemente dos meios e procedimentos utilizados, em particular a aquisição, armazenamento, retenção, utilização, modificação, divulgação, arquivo, eliminação ou destruição de dados.

## Responsabilidades

A entidade responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais e, em particular, dos seus dados de saúde é o consultório. Se tiver alguma dúvida sobre a proteção de dados ou se desejar exercer os seus direitos ao abrigo da proteção de dados, queira contactar p.f. diretamente o pessoal do consultório ou o seu médico / a sua médica ou o seu / a sua terapeuta.

## Recolha e finalidade do tratamento de dados

O tratamento (recolha, armazenamento, utilização e conservação) dos seus dados baseia-se no contrato do tratamento e nos requisitos legais para o cumprimento da finalidade do tratamento assim como das obrigações relacionadas. Por um lado, os dados são recolhidos pelo/a médico/a tratante no decurso do seu tratamento. Por outro lado, também recebemos dados de outros/as médicos/as e profissionais de saúde com quem esteve ou está a receber tratamento, se tiver dado o seu consentimento para tal. Na sua história clínica, apenas serão processados os dados relacionados com o seu tratamento médico. A história clínica inclui as informações pessoais fornecidas no formulário do paciente, tais como dados pessoais, dados de contacto e dados do seguro, assim como, entre outros, a entrevista informativa realizada no âmbito do tratamento, os dados de saúde recolhidos tais como anamneses, diagnósticos, propostas de terapia e resultados.

## Transmissões de dados sujeitas a consentimento

Em princípio, o tratamento de dados ocorre ao abrigo dos fundamentos legais da documentação da história clínica, bem como da obrigação de manter registos e faturação, incluindo a cobrança. Apenas transmitimos os seus dados pessoais e, em particular, os seus dados médicos, a terceiros externos se tal for permitido ou exigido por lei, ou se a transmissão dos seus dados tiver sido consentida por si no âmbito do seu tratamento.

- A transmissão ao seu seguro de doença ou ao seguro de acidentes ou de invalidez tem por objetivo regularizar as prestações que lhe são concedidas. O tipo de dados transmitidos baseia-se em tais casos nos requisitos legais.
- A transmissão às autoridades cantonais e nacionais (p. ex. serviço médico cantonal, departamentos de saúde, etc.) ocorre devido a obrigações legais de comunicação.
- A transferência para o serviço de cobrança dos dados necessários, relacionados ao paciente e à faturação, tem lugar para efeitos de cobrança (cobrança de dívidas vencidas).

## Duração da conservação dos dados

A sua história clínica é, geralmente, conservada durante 20 anos a contar do seu último tratamento. Vencido este prazo, será destruída, sob reserva de outros acordos. Em casos individuais, dependendo do seu tratamento e do seu respetivo consentimento, os dados são transmitidos a outros destinatários autorizados (p. ex., laboratórios, outros/as médicos/as e terapeutas).

## Revogação do seu consentimento

O corpo médico e terapeutas são obrigados, por lei, a conservar os seus dados e a sua história clínica. Uma eventual revogação do seu consentimento para o tratamento de dados é contrária a este dever legal. O mesmo aplica-se aos processadores de dados, tal como referido acima entre os destinatários. Isto significa que o tratamento de dados pessoais no âmbito de tratamentos e terapias médicas também está previsto na lei (Lei sobre as profissões médicas [MedBG], Lei federal sobre os seguros de saúde [KVG] e as legislações cantonais sobre a área da saúde), pelo que os responsáveis assim como os destinatários, na qualidade de pessoal auxiliar implicado, também estão vinculados à obrigação legal de confidencialidade (art. 62 da Lei federal sobre a proteção de dados [DSG] e art. 321 do Código Penal Suíço [StGB]). O artigo 31.º, alínea e) da DSG aplica-se sem restrições à divulgação de dados anonimizados. Se, no entanto, desejar revogar total ou parcialmente um consentimento já concedido, terá de o fazer por escrito. Se o tratamento de dados não se puder assentar em qualquer outra base jurídica que não o consentimento, o tratamento de dados será suspenso. A legalidade do tratamento de dados efetuado até à revogação não é afetada pela revogação.

## Informação, acesso e entrega

Cabe-lhe o direito de obter informações sobre os seus dados pessoais. Pode consultar a sua história clínica ou também pedir uma cópia da mesma. A entrega da cópia pode estar sujeita a uma taxa. Os eventuais custos que possam derivar da elaboração da cópia ser-lhe-ão previamente informados.

## Direito à transmissão de dados

Cabe-lhe o direito a que os dados que tratamos automática ou digitalmente lhe sejam transmitidos, a si ou a terceiros, num formato usual e legível por máquina. O mesmo aplica-se, nomeadamente, à transmissão de dados clínicos a um profissional de saúde da sua escolha. Se o/a utente solicitar a transmissão direta dos dados para outro responsável, tal só será feito na medida em que seja tecnicamente viável.

## Correção dos seus dados

Se constatar ou considerar que os seus dados estão incorretos ou incompletos, terá a possibilidade de solicitar uma correção dos mesmos. Se não for possível determinar a exatidão ou a lacuna dos seus dados, cabe-lhe a possibilidade de apresentar uma nota de contestação.